



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

PSICOPEDAGOGIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE: TECITURAS A PARTIR DOS ESPAÇOS SOCIO-OCUPACIONAIS

Ailton Batista de Albuquerque Junior*¹, Silvana Ramos de Assis Freitas², Raila Beserra Viana³, Mariana Fernandes Alves⁴, Rachel Figueiredo Viana Martins Lima⁵, Annalies Barbosa Borges⁶, Maria Brasilina Saldanha da Silva⁷, Cristiane Simões Oliveira⁸, Elenice Praciano Pinto⁹ e Natielly Granja Rocha¹⁰, Eniglécia Souza de Lima¹¹, Edite Batista de Albuquerque¹², and Raimundo Rodrigues Amâncio¹³

¹Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

²Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, Ceará, Brasil

³Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará, Brasil

⁴Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, Ceará, Brasil

⁵Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

⁶Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

⁷Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, Ceará, Brasil

⁸Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil

⁹Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, Ceará, Brasil

¹⁰Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

¹¹Universidades Integradas do Ceará (UNIFIC), Iguatu, Ceará, Brasil

¹²Universidades Integradas do Ceará (UNIFIC), Iguatu, Ceará, Brasil

¹³Logos University International, Flórida, Miami, Estados Unidos da América (EUA)

ARTICLE INFO

Article History:

Received 17th August, 2019

Received in revised form

26th September, 2019

Accepted 03rd October, 2019

Published online 30th November, 2019

Key Words:

Multidisciplinaridade; Interdisciplinaridade.
Escola; Áreas de atuação; Ensino-aprendizagem.

Corresponding author:

Ailton Batista de Albuquerque Junior

ABSTRACT

A priori, este trabalho descortina a relevância do profissional de Psicopedagogia no âmbito escolar, deslindando que essa ciência se consubstancia a partir de dois saberes, quais sejam, Psicologia e Pedagogia além de desvelar a incontestável relevância do métier desse profissional nas escolas a partir de suas prerrogativas, atuando com enfoque multidisciplinar, visando detectar e intervir nos casos que digam respeito aos casos de problemas no processo de ensino-aprendizagem. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica através de análises de livros de renomados autores, teses, monografias, dissertações e artigos disponibilizados nos bancos de dados da Capes e Scielo. Constatou-se, que urge o engendramento da indissociabilidade do tripé - família, educação, escola – haja vista que esse especialista trabalha com vieses que abordam o educando como sujeito histórico em detrimento de um aprendizado linear que considere de forma nívoca os múltiplos processos de ensino-aprendizagem.

Copyright © 2019, Ailton Batista de Albuquerque Junior et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Ailton Batista de Albuquerque Junior, Silvana Ramos de Assis Freitas, Raila Beserra Viana, et al. 2019. "Psicopedagogia e seus desdobramentos na contemporaneidade: tecituras a partir dos espaços socio-ocupacionais", *International Journal of Development Research*, 09, (11), 31456-31459.

INTRODUCTION

A partir de uma perspectiva de totalidade dialética-marxista, considera-se que a Psicopedagogia surgiu na Europa em 1946, tendo como seus fundadores Boutonier e Mauco, através de um viés médico-pedagógico, consubstanciando conhecimentos no tripé Psicologia, Psicanálise e Pedagogia (BOSSA, 2000).

No que tange à especificidade brasileira, constata-se que a Psicopedagogia surgiu no Brasil, devido à colossal quantidade de crianças apresentarem fracasso escolar, posto nem Psicologia nem Pedagogia, isoladamente, poderiam dar conta de resolver tais especificidades, posto que o Psicopedagogo no âmbito escolar, multidisciplinarmente, tem a função

diagnosticar quais as verdadeiras necessidades dos educandos com fulcro em suas idiossincrasias bem como verificar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, como a instituição conduz o processo ensino-aprendizagem. Dessarte:

A Psicopedagogia é um campo de conhecimento e ação interdisciplinar em Educação e Saúde com diferentes sujeitos e sistemas, quer sejam pessoas, grupos, instituições e comunidades. Ocupa-se do processo de aprendizagem considerando os sujeitos e sistemas, a família, a escola, a sociedade e o contexto social, histórico e cultural. Utiliza instrumentos e procedimentos próprios, fundamentados em referenciais teóricos distintos, que convergem para o entendimento dos sujeitos e sistemas que aprendem e sua forma de aprender (ABPP, 1993).

A profissão requer noções de linguística para exegese e compreensão de como se dá o fenômeno do desenvolvimento da linguagem humana em suas múltiplas nuances, requerendo investigações de como ocorre o desenvolvimento neurológico e como suas disfunções acabam dificultando a aprendizagem. Outrossim, são indispensáveis os conhecimentos filosóficos e sociológicos para compreender as diversas visões de homem em cada momento histórico com suas concepções de ensino-aprendizagem (PERES; OLIVEIRA, 2007). Dito isso, é inconteste que a Psicopedagogia se concretiza através de uma multiplicidade de conhecimento de diversas áreas na constituição do seu objeto. Essa ciência surgiu da necessidade de compreensão do processo de ensino-aprendizagem, de caráter interdisciplinar, uma vez que possui seu próprio objeto e dialoga com outras áreas. Nessas circunstâncias, para Osti e Marcelino, (2008) a Psicopedagogia é uma área de estudo que vem se destacando pela efetividade na solução de problemas de aprendizagens, pois atua diretamente na causa do problema. Entretanto, para fazer uma investigação dessa realidade urge respaldar-se teórico-metodologicamente. Logo, é uma ciência que estuda o processo de aprendizagem humana em suas múltiplas dimensões, sendo o seu objeto de estudo os sujeitos em processo de construção do conhecimento.

A família é essencial para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem, sendo responsável por grande parte da formação do ser humano, assim sendo, de faz-se necessário a participação da família dentro da escola, visto que de acordo com Oliveira, Braga e Prado (2017, p.38) “a família, deve incumbir-se da transmissão de valores morais, hábitos e comportamentos”. Nesse sentido, o conhecimento psicopedagógico avalia as possibilidades do sujeito, sua disponibilidade afetiva de saber, ser e de fazer, reconhecendo que esse saber é inerente ao saber humano e aprofundando conhecimento que lhe contribui aprendizagem e também, em nível mais amplo, na melhoria da qualidade de ensino. O trabalho do Psicopedagogo nesse processo é preventivo no sentido de estimular a criar competências e habilidades para solucionar o processo de aprendizagem. A escola é responsável por grande parte da formação desse ser humano, mas não pode ser vista apenas como parte unívoca nesse processo, tendo em vista seu papel de estimulador do processo de ensino-aprendizagem, necessitando de situações que desafiem o educado a transpor barreiras e limites preestabelecidos, na maioria das vezes, por preconceitos. Todavia, urge uma atuação que considere a indissociabilidade do tripé: a família – educação – escola, posto que o seio familiar não pode deixar de cumprir com suas

responsabilidades em relação aos seus dependentes, inclusive, constituindo crime o não acompanhamento dos responsáveis na escola, tipificado como *abandono intelectual* no artigo 246 do Código Penal Brasileiro (CPB). Diante do exposto, acredita-se que cada sujeito constrói seus próprios conhecimentos por meio de estímulos, habilidades e aptidões em detrimento da vocação e predisposição que são categorias que tratam os sujeitos como a-históricos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para obter resultados positivos sobre determinada pesquisa é necessário fazer uso de métodos corretos, visto que para Pinto (2010, p.34), “método é a ordem que se deve impor aos diversos processos necessários para atingir um resultado desejado, constituído de um conjunto de técnicas que formam os passos do caminho a percorrer na busca da verdade”. Assim, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica através de análises de livros de renomados autores; teses, monografias, dissertações e artigos disponibilizados nos bancos de dados da Capes e Scielo. Consoante Martins e Theóphilo (2016, p. 52), a pesquisa bibliográfica configura-se como uma “[...] estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica [...]”, assim a pesquisa bibliográfica é *conditio sine qua non* para qualquer investigação científica, haja vista seu potencial teórico acumulado ao longo do tempo.

Explicações acerca do Profissional de Psicopedagogia

A escola é a instituição social responsável por socializar os conteúdos formais exigidos para a formação do cidadão, para sua qualificação para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade, de forma a respeitar e ser respeitado em sua plenitude. Assim, é um ambiente cultural onde valores, princípios e normas são aprendidos, competindo à instituição escolar formar os sujeitos críticos e criativos de forma holística através da construção dos conhecimentos plurissignificativos onde educandos e professores por meio da troca e socialização de saberes possam transcender o currículo mínimo e formal, consubstanciado na departamentalização de disciplinas, propondo uma aprendizagem significativa, ou seja, uma aprendizagem que leve em conta aquilo que o estudante já conhece – os pontos de ancoragem (AUSUBEL, 2000). Nessa lógica, toda a comunidade escolar faz parte do processo educacional, e para compreender as causas das dificuldades de aprendizagens faz-se necessário uma equipe multidisciplinar para diagnóstico e intervenção preventiva ou recuperativa, surgindo na configuração dessa equipe a figura do Psicopedagogo como mediador do processo educativo que deve envolver Psicólogo, Neurologista, Fonoaudiólogo, Assistente Social, dentre outros, caracterizando uma indissociabilidade no fazer pedagógico que transcende os muros escolares para consubstanciar uma relação simbiótica entre as áreas de Educação e Saúde.

Nestes termos, o objeto de trabalho da Psicopedagogia é processo de ensino-aprendizagem e seus desdobramentos em múltiplos contextos – sociais, didáticos, curriculares, metodológicos, pedagógicos, dentre outros, valendo-se de conhecimento de várias ciências, engendradas no fato educativo e em suas tecituras (SCOZ, 1994). Contemporaneamente, as instituições de ensino se veem tensas acerca de realidades como o desempenho insuficiente de educandos em avaliações internas e externas, levando a uma série de questionamentos das motivações pelas quais o aluno

não aprende e o que fazer para romper com essa constante angústia. Corroborando com as aludias premissas, Barbosa (2001), ressalta que, *in verbis*:

Quando dizemos que a Psicopedagogia se preocupa com o ser completo, que aprende, não podemos esquecer que faz parte da completude deste ser a capacidade de aprender em interação com aquilo ou aquele que ensina; e que a ação de ensinar não é sempre exercida pelo professor, assim como a de aprender não é de responsabilidade somente do aluno. (BARBOSA, 2001, p.85)

Nessa acepção, o Psicopedagogia não atua exclusivamente com crianças, mas também com adolescentes e adultos, possibilitando um vínculo entre educação e saúde de forma preventiva e terapêutica (ARAUJO, 2014) através de um profissional qualificado com aptidão a trabalhar nas áreas da educação e saúde, dando assistência aos professores e a outros profissionais da instituição escolar para melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem, bem como para prevenção dos problemas de aprendizagem. Em seu ambiente de atuação não há respostas prontas. O que vai acontecer será um trabalho de equipe, em parceria com todos que fazem a escola (gestores, equipe técnica, professores, alunos, pessoal de apoio, família, entre outros). Nessa concepção, conforme os Parâmetros Nacionais para elaboração de concursos públicos para Psicopedagogos no Brasil é competência da Psicopedagogia na instituição escolar:

1.1 - Atuar preventivamente de forma a garantir que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos; 1.2 - Avaliar as relações vinculares relativas a: professor/aluno; aluno/aluno/; família/escola, fomentando as interações interpessoais para intervir nos processos do ensinar e aprender; 1.3- Enfatizar a importância de que o planejamento deve contemplar conceitos e conteúdos estruturantes, com significado relevante e que levem a uma aprendizagem significativa, elaborando as bases para um trabalho de orientação do aluno na construção de seu projeto de vida, com clareza de raciocínio e equilíbrio; 1.4 - Identificar o modelo de aprendizagem do professor e do aluno e intervir, caso necessário, para torná-lo mais eficaz. (ABPP, 2013, p.1)

Tendo essa atuação como ramo das políticas públicas¹, contata-se o leque de prerrogativas em que a atuação profissional está inserida e seu papel preponderante como mediadora do acesso à educação de qualidade que atenda às especificidades de cada sujeito que aprende e que ensina de forma horizontal onde “não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes” (FREIRE, 1987, p.68). Logo, são nesses circuitos em que a atuação técnica e humana deve atuar de forma unívoca, considerando a dimensão sensível do percurso formativo. No Brasil, ocorre a formação em Psicopedagogia, desde a década de 70 com regulamentação oficial pelo Ministério da Educação (MEC) como curso de pós-graduação/especialização com no mínimo 360h, todavia a maioria das instituições oferecem carga horária mínima de 600h, atendo as orientações da Associação Brasileira de Psicopedagogia -ABPP (ABPP, 2016). Atualmente, tramita no Congresso o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 31 de 2010 de

autoria da Deputada Federal Professora Raquel Teixeira (PSDB), buscando regulamentar o exercício da atividade de Psicopedagogia, salientando que 16/05/2019 foi a última movimentação do PLC na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Secretaria de Apoio à Comissão de Educação, Cultura e Esporte). Percebe-se que esse ofício vem ganhando visibilidade e respeito no seu fazer laboral, haja vista que esse profissional possui prerrogativas *sui generis* em relação ao seu objeto de atuação. Nessa lógica, o disposto legal pretende assegurar o direito de sujeitos serem atendidos por pessoas que detenham conhecimento teórico-metodológico, técnico-operacional e ético-político para execução de suas funções. Em seu ofício, o profissional de Psicopedagogia trabalha, preferencialmente, numa perspectiva de prevenção no que tange aos problemas de aprendizagem em detrimento da remediação, uma vez que no primeiro caso ele atua no ambiente familiar e social em que os sujeitos estão inseridos, auxiliando os educandos a desenvolver o máximo de suas potencialidades. Dessa forma, o mesmo não é um simplório “resolvedor” de problemas, porém um profissional com competência e incumbências específicas (TANAMACHI, 2003), não podendo adentrar no *métier* de Psicólogos através de aplicação de testes ou mesmo na atribuição de CID, uma vez que é prerrogativa de médicos. Hodiernamente, esse profissional desenvolve um leque de atividades em hospitais, tendo em vista que quando houver crianças convalescentes com qualquer patologia, essas têm o direito ao aprendizado e ninguém mais habilitado para intervir nesse processo de aprendizagem do que o Psicopedagogo.

No que tange à formação teórico-metodológica, técnico-operacional e ética política, exige-se uma formação em nível de graduação ou pós graduação, sendo essa com carga horária mínima de 600, necessitando de extremo sigilo acerca dos casos, haja visto que conforme o código de ética da ABPP: “o psicopedagogo deve manter o sigilo profissional e preservar a confidencialidade dos dados obtidos em decorrência do exercício de sua atividade” (ABPP, 1993). Além disso, é compulsório ao Psicopedagogo, submeter-se ao processo psicoterápico como forma de impedir que frustrações ou qualquer outra perturbação psicológica venha comprometer as funções desse profissional, visando separar as suas emoções das dos seus pacientes (VISCA, 1987). Nessa perspectiva, propõe-se um olhar clínico e objetivo em detrimento de qualquer “contaminação” ou distorção dos resultados.

Ainda sobre a formação, essa deve ocorrer de forma a seguir os princípios elencados nas Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil, quais seja:

a) conscientização da diversidade, respeitando as diferenças de natureza cultural e ambiental, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, de religiões, de necessidades especiais, de orientação sexual, entre outras; b) priorização de ações que envolvam os direitos humanos visando uma sociedade inclusiva e equânime, com ênfase nas potencialidades do sujeito da aprendizagem; c) valorização do pensamento reflexivo, crítico e transformador; d) conscientização do trabalho coletivo pautado pela ética e sigilo profissional; e) respeito aos saberes específicos das áreas afins e dos profissionais. (ABPP, 2008).

Nesse sentido, o profissional tem que abandonar qualquer forma de preconceito, estigma, rotulação ou estereótipo que venha a possuir, uma vez que sua clientela é sobretudo heterogênea, podendo atender a pessoas idosas, pessoas LGBTQIA (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis,

¹ Para Secchi (2013, p.1): “Políticas públicas tratam de conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”.

queer, intersexual e assexual) pessoas gordas ou com sobrepeso, pessoas estrangeiras, pessoas com diversidade funcional², entre outras singularidades.

Considerações Finais

Diante dos problemas causadores das dificuldades de aprendizagem compete ao Psicopedagogo institucional contribuir para processos de reflexão-ação e reflexão no contexto escolar, tendo em vista que o olhar da Psicopedagogia, e consequente atuação do profissional frente ao contexto escolar, deve estar voltada para o educando com dificuldades de aprendizagem, e o profissional deverá atuar em parceria junto à equipe da escola para encontrar a melhor alternativa para assim resolver a questão. A escola tem uma enorme responsabilidade na formação de futuros cidadãos, por tanto deverá proporcionar a essa bagagem necessária para que tenham êxito em sua trajetória pessoal e profissional. Ao considerar os aspectos históricos da profissão e as teóricas que buscam definir e sustentar o exercício profissional, o Psicopedagogo tem como desafio adequar as construções teóricas da Psicopedagogia, as características ideológicas, sociais e políticos que exercem influência sobre escola e sociedade. É necessário que o Psicopedagogo tenha conhecimento das variáveis que influenciam a Pedagogia, capacitando-se para um exercício crítico que possibilite transformar sua realidade a partir das demandas que lhe são dirigidas no contexto escolar. Até o presente momento, não existe legislação que regulamente a profissão de Psicopedagogia no Brasil, todavia a ABpp elabora documentos orientadores para o exercício profissional teórico-metodológico, técnico-operacional e ético-político com fulcro na ética, competência, solidariedade humana, empatia e respeito à diversidade e aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>, Acesso em: 12 nov. 2019.
- _____. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: 12 nov 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:targetText=Art.%201%C2%BA%20%C3%89%20institui%C3%ADda%20a,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA (ABPP). A regulamentação do exercício da atividade em Psicopedagogia, 2016. Disponível em: <https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_regulamentacao_do_exercicio_da_atividade_em_psicopedagogia.html>. Acesso em: 12 nov. 2019
- _____. Parâmetros nacionais para elaboração de concursos públicos para Psicopedagogos no Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_parametro_nacional_para_eleboracao_de_concurso_publico_psicopedagogo.html>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- _____. Diretrizes Básicas da Formação de Psicopedagogos no Brasil. São Paulo, 12 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_diretrizes_formacao.html>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- _____. Código de ética da ABPP, In: Revista Psicopedagogia. São Paulo. v.12, Nº25, p.36-37, ABPP, 1993.
- ARAUJO. P.F.C. Psicopedagogia seria uma possibilidade para o enfrentamento às dificuldades de aprendizagens? Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo; São Bernardo do Campo, 2014.
- AUSUBEL. D.P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano Edições Técnicas. Tradução de The acquisition and retention of knowledge: a cognitive view. 2000.
- BARBOSA, L.M.S. A Psicopedagogia no âmbito da instituição escolar. Curitiba: Expoente, 2001.
- BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- OLIVEIRA, I.L.S.; BRAGA, A.P.; PRADO, C.M.N. Participação da família no desenvolvimento da aprendizagem da criança. Estação científica (UNIFAP). Macapá, v. 7, n. 2, p. 33-44, maio/ago. 2017.
- OSTI, A.; MARCELINO, E. L. A importância do trabalho psicopedagógico: incentivo institucional e atendimento a crianças com dificuldades escolares. Revista de educação, São Paulo, v.11, n.1, p. 75-88, out. 2008.
- PERES, M. R.; OLIVEIRA, M. H. M. A. Psicopedagogia - limites e possibilidades a partir de relatos de profissionais. São Paulo: PUC, 2007.
- PINTO, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: 2010.
- SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.
- SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- TANAMASHI. E. de R. & MEIRA, M. E. M. A atuação do Psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia e Educação. Em M. A. M. Antunes (orgs) Psicologia escolar: Práticas Críticas, São Paulo, Ed. Casa do Psicólogo, 2003.
- VISCA, Jorge. Clínica psicopedagógica. Epistemologia convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

²Termo mais brando para se referir à pessoa com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008) ou à pessoa com deficiência (BRASIL, 2015).